

CONTEXTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE E CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO DOS DISTÚRBIOS DE VOZ RELACIONADOS AO TRABALHO EM MINAS GERAIS, 2019 A 2025

**CONTEXT OF THE HEALTHCARE SYSTEM AND EPIDEMIOLOGICAL
LANDSCAPE OF WORK-RELATED VOICE DISORDERS IN MINAS GERAIS,
2019–2025**

Ciências da Saúde • 07/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791353951](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791353951)

Sarah Casarini Braga Araujo¹

Katia Santos Dias²

Vanessa Viviana Silva Aniceto³

Fellipe Antônio Andrade Chaves⁴

RESUMO

Introdução: Os Distúrbios de Voz tiveram sua relação com o trabalho reconhecida e estabelecida no âmbito das políticas públicas de saúde recentemente, porém a publicação das normativas não tem sido suficiente para a efetivação das ações de vigilância. **Objetivo:** Apresentar o cenário epidemiológico evidenciado pelas notificações dos Distúrbios de Voz Relacionado ao Trabalho (DVRT), no período de 2019 a 2025, e a distribuição de profissionais especialistas, imprescindíveis ao manejo e diagnóstico dos casos, na Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do estado de Minas Gerais. **Método:** Trata-se de um estudo transversal, com dados secundários, com origem no Sinan e e-SUS-Sinan, para análise de notificações de Distúrbios de Voz Relacionado ao Trabalho, e dados com origem no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) e Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) para análise da frequência de profissionais e procedimentos em saúde do trabalhador registrados. **Resultados:** Foram notificados 215 casos no período analisado, sendo 61,4% no município de Belo Horizonte. Dentre as unidades notificadoras destacam-se Hospitais, Cerest e Unidades Básicas de Saúde. Verificou-se uma ampla variação na distribuição dos otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos nas macrorregiões de saúde de Minas Gerais, com concentração na macrorregião Centro. **Conclusão:** Apesar dos evidentes avanços, o número de notificações dos DVRT permanece aquém do esperado. O registro é crucial para que se conheça a real extensão do problema na população trabalhadora, norteando a criação de políticas públicas destinadas à prevenção de novos casos e reabilitação daqueles já acometidos.

Palavras-chave: Distúrbios da voz; Vigilância em Saúde do Trabalhador; Epidemiologia; Doenças profissionais.

ABSTRACT

Introduction: The link between voice disorders and work has recently been recognized and established within the framework of public health policies; however, the publication of these regulations has not been sufficient to ensure the implementation of surveillance measures. **Objective:** To present the epidemiological landscape as evidenced by reports of Work-Related Voice Disorders (DVRT) from 2019 to 2025, and the distribution of specialist professionals—who are essential for the management and diagnosis of these cases—within the National Network for Comprehensive Occupational Health Care in the state of Minas Gerais. **Method:** This is a cross-sectional study using secondary data from SINAN and e-SUS-SINAN to analyze reports of Work-Related Voice Disorders, and data from the National Registry of Health Facilities in Brazil (CNES) and the SUS Outpatient Information System (SIA/SUS) to analyze the frequency of registered occupational health professionals and procedures. **Results:** A total of 215 cases were reported during the analyzed period, with 61.4% occurring in the municipality of Belo Horizonte. Among the reporting facilities, hospitals, Cerest centers, and primary care clinics stood out. A wide variation was observed in the distribution of otolaryngologists and speech-language pathologists across the health macroregions of Minas Gerais, with a concentration in the Central macroregion. **Conclusion:** Despite clear progress, the number of reported cases of DVRT remains lower than expected. Reporting is crucial for understanding the true extent of the problem among the working population, guiding the development of public policies aimed at preventing new cases and rehabilitating those already affected.

Keywords: Voice Disorders; Surveillance of the Workers Health; Epidemiology; Occupational Diseases.

1. INTRODUÇÃO

São considerados Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho (DVRT) quaisquer formas de desvio vocal relacionados à atividade profissional que diminuam, comprometam ou impeçam a comunicação ou a atuação do trabalhador (Brasil, 2018). Este conceito abrange tanto os desvios vocais que têm alterações orgânicas da laringe, órgão com importantes atribuições na fala e respiração, quanto aqueles que não as possuam.

O trabalho possui notório impacto sobre os processos de saúde e adoecimento. Ao longo dos séculos, diferentes afecções tiveram sua relação com o trabalho reconhecida. No entanto, algumas doenças, como os Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho, tiveram sua relação com o trabalho reconhecida apenas nas últimas décadas. No Brasil, passou-se a debater o adoecimento da voz com as condições a que os profissionais estavam submetidos somente ao final da década de 1990 (Masson et al., 2019).

A partir destas discussões, houve gradual avanço no reconhecimento do caráter ocupacional de alterações vocais dos trabalhadores que faziam uso profissional da voz, em especial nos últimos dez anos (Masson et al., 2024). Neste processo destacam-se alguns eventos de interesse que têm contribuído para a institucionalização das práticas de investigação epidemiológica, manejo clínico e execução de ações protetivas e preventivas no âmbito dos ambientes e processos de trabalho. A publicação do Protocolo de Complexidade Diferenciada de Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho pelo Ministério da Saúde em 2018 (Brasil, 2018); a Resolução SES/MG N° 6.532, de 05 de dezembro de 2018, que acrescentou os Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho à Lista

de Doenças de Notificação Compulsória no estado de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018); a publicação da Nota Técnica nº 2/SES/SUBVPS-SVEAST-DSAT/2018, que apresenta as orientações relacionadas à notificação e à investigação dos casos de Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho; a Portaria GM/MS Nº 1.999, de 27 de novembro de 2023, que atualizou a lista de doenças relacionadas ao trabalho, incluindo os distúrbios da voz (Brasil, 2023); a Portaria GM/MS Nº 5.201, de 15 de agosto de 2024, que incluiu os Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho como doença de notificação compulsória a nível nacional (Brasil, 2024); e a Nota Técnica Nº 21/2025-CGSAT/DVSAT/SVSA/MS, que orienta a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renastt) sobre a vigilância dos Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho (Brasil, 2025a).

Compreende-se que a publicação das normativas não garantem sua concretização no cotidiano do exercício profissional e das ações de vigilância, com ações efetivas e sustentadas de notificação, estabelecimento da vinculação do adoecimento com o trabalho e da implementação das linhas/redes de cuidado. Embora iniciativas locais estejam em vigor, o reconhecimento em todo o território faz-se premente. Observa-se que os cuidados com os Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho podem ser planejados considerando-se quatro vertentes: 1) divulgação do Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho entre os profissionais da saúde e da voz; 2) implantação da rede/linha de cuidado; 3) notificação dos Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho; e 4) capacitação para o manejo do Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho por parte dos profissionais da saúde (Masson; Ferreira; Maeno; 2024).

Esse estudo tem como objetivo apresentar o cenário epidemiológico evidenciado pelas notificações dos Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho registradas no período de 2019 a 2025 e a distribuição de profissionais especialistas, imprescindíveis ao manejo e diagnóstico dos casos, na Renastt do estado de Minas Gerais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os DVRTs são considerados multicausais, isto é, as alterações vocais podem ser atribuídas a fatores diversos (Brasil, 2018; Martins *et.al.*,2024). Para caracterização desse adoecimento a classificação de Schilling, método utilizado para categorização das doenças segundo sua relação com o trabalho, é uma ferramenta importante no âmbito teórico e prático.

As doenças do grupo I de Schilling têm o trabalho como causa necessária - ou seja, são patologias desencadeadas exclusivamente por determinado exercício profissional. As doenças do grupo II são aquelas em que o trabalho é um fator contributivo, mas não necessário; ou seja, o trabalho é tido como um dos fatores de risco para o desenvolvimento da doença, mas não o é exclusivamente. Por fim, há as doenças classificadas no grupo III, em que o trabalho atua como provocador de um distúrbio latente ou como agravador de uma doença já estabelecida (Brasil, 2001). Os DVRTs podem ser classificados como doenças nas categorias Schilling II ou III. Portanto, é importante salientar que outros fatores ou comorbidades podem contribuir para o desenvolvimento das alterações vocais, mas a despeito da existência deles, o estabelecimento da relação com o trabalho não pode ser descartado (Brasil, 2018; Masson; Ferreira; Maeno; 2024).

A Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT), elenca como fatores de risco para o desenvolvimento dos DVRT, nela agrupados sob o CID R49 (Distúrbios da Voz), o trabalho com sobrecarga vocal associada e/ou agravada por fatores relacionados ao ambiente; dentre eles, destacam-se: pressão sonora acima dos níveis de conforto, acústica desfavorável, mobiliário e recursos materiais inadequados ou insuficientes, desconforto e choque térmico, má qualidade do ar, ventilação inadequada do ambiente, baixa umidade, exposição a produtos químicos irritativos de vias aéreas superiores (solventes, vapores metálicos, gases asfixiantes) e presença de poeira ou fumaça no local de trabalho. A LDRT também especifica fatores psicossociais relacionados à característica e à organização do trabalho; dentre eles, apontam-se jornada de trabalho prolongada, sobrecarga, acúmulo de atividades ou de funções, ausência de pausas e de locais de descanso durante a jornada, falta de autonomia, ritmo de trabalho acelerado para o cumprimento de metas, trabalho sob forte pressão, insatisfação com o trabalho ou com a remuneração, postura e equipamentos inadequados, dificuldade de acesso à hidratação e aos sanitários (Brasil, 2023).

No entanto, é importante considerar que também existem fatores de risco de natureza não ocupacional identificados pela literatura, notadamente: idade, sexo feminino, tabagismo, atividades extraprofissionais com alta demanda vocal (lazer ou dupla jornada), alergias respiratórias, estresse, doenças de vias aéreas superiores, influências hormonais, medicações, etilismo, falta de hidratação, dentre outros (Ferreira *et.al.*, 2024; Brasil, 2018).

As categorias profissionais mais estudadas quanto ao desenvolvimento de Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho são

os professores (Giannini; Latorre; Ferreira, 2012) e os teleoperadores (Santos *et.al.*, 2016). No entanto, outras categorias que fazem uso profissional da voz merecem destaque, como cantores, atores, secretárias, advogados, profissionais de saúde, vendedores, agentes comunitários, radialistas, jornalistas, dentre outros (Santos; Almeida; Chagas, 2024; Martins, *et.al.*, 2024). Há ainda os profissionais que, apesar de não fazerem uso intensivo da voz, estão sujeitos a outros tipos de exposições nocivas à qualidade vocal. Dentre tais fatores, estão a exposição a fumaça, produtos químicos, vibração e desconforto térmico. Quanto aos profissionais, destacam-se os motoristas e cobradores de ônibus, churrasqueiros, auxiliares de serviços gerais e os trabalhadores de frigoríficos (Masson; Ferreira; Maeno; 2024).

Para o diagnóstico dos Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho, devem ser levados em consideração aspectos diversos. Dentre eles, estão a história clínica, história laboral e evidências epidemiológicas, além da avaliação fonoaudiológica da voz e a avaliação médica com visualização da região laringofaríngea (realizada preferencialmente por um otorrinolaringologista) e se necessário, deve ser realizada inspeção *in loco* do posto/atividade de trabalho para investigação da relação com o trabalho (Brasil, 2018). Portanto, destaca-se a importância do caráter multiprofissional da equipe que atende ao trabalhador com queixas vocais.

No âmbito das ações de vigilância epidemiológica, é importante destacar que o DVRT é um agravo de notificação compulsória, conforme a Portaria nacional (Brasil, 2024). Assim, é obrigatório aos profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde registrar a notificação da doença a partir da suspeição que o distúrbio de voz esteja relacionado ao trabalho. Atualmente, a

notificação é feita no e-SUS Sinan, novo Sistema de Informação de Agravos de Notificação, através do preenchimento da Ficha de Notificação/Conclusão (Brasil, 2025).

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, descritivo, de dados de base secundária.

Foram coletados dados do Sinan Net e do e-SUS-Sinan para analisar o número de notificações de Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho por município, por macrorregião de saúde e por estabelecimento notificador.

A coleta de dados para análise das notificações foi realizada no Sinan no período de 2019 a 2025, uma vez que a Resolução SES/MG N° 6.532/2018, estabelecia que em Minas Gerais os Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho seriam notificados neste sistema de informação (Minas Gerais, 2018). Também foram coletados dados do e-SUS-Sinan no ano de 2025, visto que a Nota Técnica N° 21/2025-CGSAT/DVSAT/SVSA/MS passou a orientar a notificação deste agravo no e-SUS-Sinan (BRASIL, 2025a). As notificações foram analisadas por município e macrorregião de saúde de notificação e tipo de estabelecimento notificador.

A coleta de dados para análise da distribuição dos profissionais foi realizada a partir do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES). Dados extraídos do Tabnet, referentes aos profissionais cadastrados no CNES no período de dezembro de 2025, segundo tipo de estabelecimento e ocupação (médico otorrinolaringologista e fonoaudiólogo), classificados quanto ao

critério de estabelecimento de saúde prestador ou não prestador de atendimento ao SUS.

A coleta de dados para análise dos procedimentos em saúde do trabalhador foi realizada a partir do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS). Foram extraídas informações dos procedimentos aprovados realizados no estado de Minas Gerais no intervalo de janeiro de 2008 a dezembro de 2025, filtrados a partir do código CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) das categorias profissionais fonoaudiólogo e médico otorrinolaringologista. Foram selecionados os procedimentos cadastrados vinculados à saúde de trabalhador, tanto pertencentes ao sub-grupo de vigilância em saúde quanto de consultas, atendimentos e acompanhamentos, conforme estabelecido na Portaria SAES/MS nº 1.187/2023.

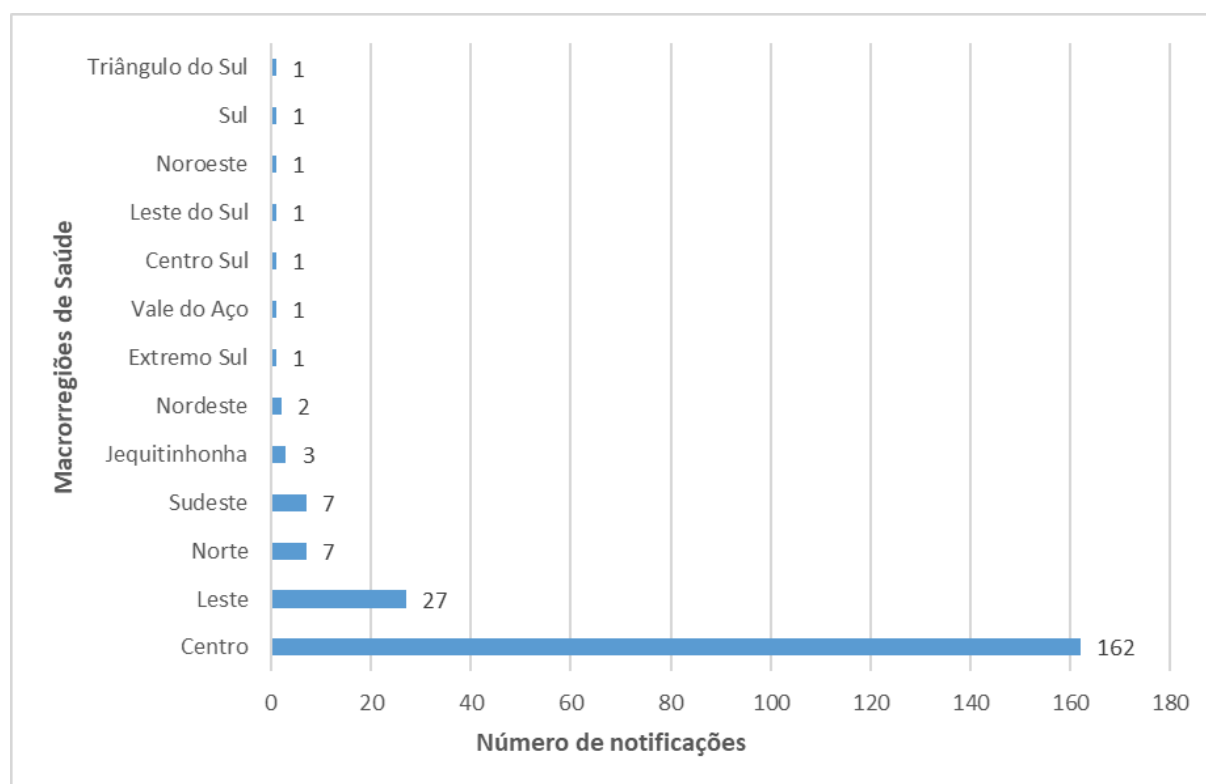
4. RESULTADOS

Ao se avaliar a distribuição geográfica das notificações no período de sete anos da série histórica, observou-se que 24 municípios notificaram Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho. Isto representa 2,8% dos municípios mineiros. Dentre os notificadores, 15 notificaram apenas um caso no período avaliado. Houve um total de 215 notificações entre 2019 e 2025, sendo que 61,4% foram reportados pelo município de Belo Horizonte.

Os municípios notificadores encontram-se distribuídos em 14 das 16 macrorregiões de saúde de Minas Gerais. Com a exceção das macrorregiões Centro, Leste, Nordeste, Norte e Sudeste, houve apenas um município em cada macrorregião de saúde que registrou notificações. A macrorregião Centro foi responsável por 75,4% das notificações do período, a macrorregião Leste por 12,6% e

as demais macrorregiões que notificaram casos, por valores iguais ou inferiores a 3,3% das notificações (Figura 1).

Figura 1. Número de notificações de Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho por macrorregião de saúde de notificação. Minas Gerais, 2019 a 2025.



Fonte: Dados de 2019 a 2025 – SINAN / sistema de tabulação de dados online TABNET.

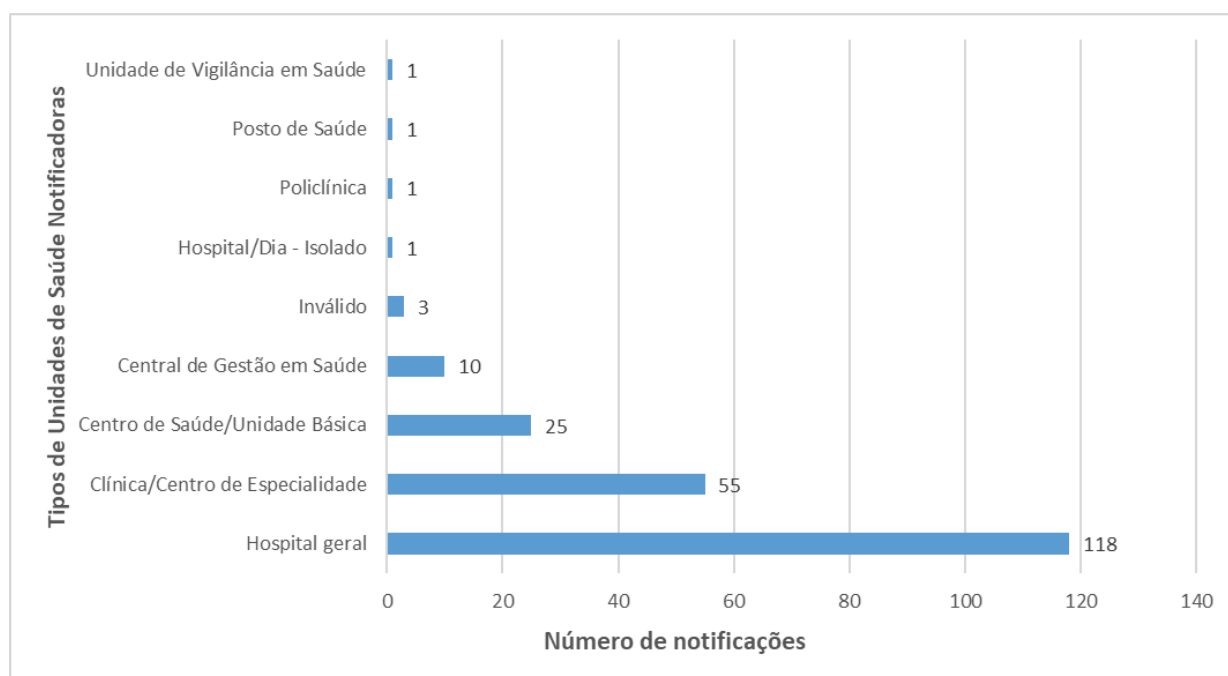
Dados extraídos em 22 de setembro de 2026.

Dados de 2025 – e-SUS-Sinan. Dados extraídos em 21 de setembro de 2026

Quando analisados os tipos de estabelecimento de saúde notificadores dos DVRT, observa-se que a maior parte das notificações foi realizada por hospitais no período de 2019 a 2025. Cabe assinalar que dentre as 118 notificações registradas por este tipo de estabelecimento, 112 foram realizadas pelo Hospital das Clínicas da UFMG, em Belo Horizonte. Outro tipo de estabelecimento que realizou parte significativa das notificações foram os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e os Centros de Saúde/Unidade Básica, conforme Figura 2. Os Cerest estão registrados no CNES sob o tipo Clínica/Centro de

Especialidade e representaram 96,4% das notificações desse grupo de estabelecimentos de saúde, no período analisado.

Figura 2. Notificações de Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho, por tipo de estabelecimento notificador. Minas Gerais, 2019 a 2025



Fonte: Dados de 2019 a 2025 – SINAN / sistema de tabulação de dados online TABNET.

Dados extraídos em 22 de setembro de 2026.

Dados de 2025 - e-SUS-Sinan. Dados extraídos em 21 de setembro de 2026

Considerando-se que os médicos otorrinolaringologistas e os profissionais fonoaudiólogos têm importante atribuição no diagnóstico e manejo clínico dos casos, quanto à distribuição de profissionais especializados e pontos da rede de atenção onde estão vinculados, verifica-se que há maior proporção de otorrinolaringologistas que não prestam atendimento ao SUS do que aqueles que o fazem, e o contrário pode ser observado em relação aos fonoaudiólogos. Já em relação ao tipo de estabelecimento em que prestam atendimento, destaca-se os otorrinolaringologistas que atendem em Hospital Geral (1.658), Clínica/Centro de Especialidade (927) e Consultório Isolado (483),

porém considerando apenas os que atendem ao SUS, predominam os que atendem em Hospital Geral (786) e Clínica/Centro de Especialidade (333). Em relação aos fonoaudiólogos, destacam-se os profissionais que atendem em Clínica/Centro de Especialidade (2.323), Hospital Geral (943), Centro de Saúde/Unidade Básica (893) e Consultório Isolado (789). Já entre o número de fonoaudiólogos que atendem ao SUS, predomina os que atuam em Clínica/Centro de Especialidade (1.000), Centro de Saúde/Unidade Básica (885) e Hospital Geral (734) (Tabela 1).

Tabela 1. Frequência absoluta e relativa de otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos no estado de Minas Gerais, pelo tipo de estabelecimento de atuação, conforme registro no CNES, em fevereiro de 2025.

Tipo de Estabelecimento	Otorrinolaringologista				Total
	Atende ao SUS	%	Não atende ao SUS	%	
Clínica/Centro de Especialidade	333	35,92	594	64,08	927
Hospital Geral	786	47,41	872	52,59	1.658

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/contexto-da-rede-de-atencao-a-saude-e-cenario-epidemiologico-dos-disturbios-de-voz-relacionados-ao-trabalho-em-minas-gerais-2019-a-2025?noblockage>

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES. Data de extração: 18 de

Há uma ampla variação na distribuição dos otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos nas macrorregiões de saúde de Minas Gerais. A macrorregião Centro concentra o maior número dos profissionais de ambas as categorias. As macrorregiões Jequitinhonha, Nordeste e Leste do Sul são as com menor número de otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos em geral (Tabela 2).

Tabela 2. Presença de otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos no estado de Minas Gerais segundo vinculação aos serviços públicos (SUS) e privados (não SUS) conforme registro no CNES em dezembro de 2025

Macrorregião de saúde	Otorrinolaringologista				Total
	Atende ao SUS	%	Não atende SUS	%	
Centro	612	27,76	1593	72,24	2.205
Sudeste	160	54,79	132	45,21	292
Norte	135	64,59	74	35,41	209
Triângulo	74	27,51	195	72,49	269

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/contexto-da-rede-de-atencao-a-saude-e-cenario-epidemiologico-dos-disturbios-de-voz-relacionados-ao-trabalho-em-minas-gerais-2019-a-2025?noblockage>

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES. Data de extração: 22 de setembro de 2026

Em relação aos procedimentos em saúde do trabalhador realizados por fonoaudiólogos identificou-se registro nas seguintes macrorregiões, em ordem decrescente: Centro, Leste, Extremo Sul, Sudoeste, Vale do Aço, Centro Sul, Sudeste, Norte e Jequitinhonha. As demais não registraram nenhum procedimento em saúde do trabalhador por essa categoria profissional. Em comparação, observa-se que houve consideravelmente menos procedimentos realizados e registrados por otorrinolaringologistas: apenas 263 em Minas Gerais durante o período analisado, enquanto foram registrados 7.456 procedimentos por fonoaudiólogos. Observa-se que 91,6% dos procedimentos registrados por médicos otorrinolaringologistas no período foram realizados na macrorregião Triângulo do Norte. As macrorregiões Centro (13), Sudeste (8) e Sudoeste (1) também registraram procedimentos em saúde do trabalhador realizados por esses profissionais (Tabela 3).

Tabela 3. Número de procedimentos em saúde do trabalhador realizados por otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos por macrorregião de saúde, registrados no SIA-SUS- Minas Gerais, janeiro de 2008 a dezembro de 2025.

Macrorregião de saúde	Otorrinolaringologista		Fonoaudiólogo	
	N	%	N	%
Centro	13	4,94	4548	58,59
Leste	0	0	1924	24,79
Extremo Sul	0	0	891	11,48
Sudoeste	1	0,38	171	2,2
Vale do Aço	0	0	100	1,29

Centro Sul	0	0	68	0,88
Sudeste	8	3,04	54	0,7
Norte	0	0	4	0,05
Jequitinhonha	0	0	2	0,03
Sul	0	0	0	0
Oeste	0	0	0	0
Noroeste	0	0	0	0
Leste do Sul	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0
Triângulo do Sul	0	0	0	0
Triângulo do Norte	241	91,63	0	0
TOTAL	263	100	7762	100

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS).
Data de extração: 22 de setembro de 2026* Número de registros no SIA/SUS de procedimentos de saúde de trabalhador, sejam eles assistenciais ou de vigilância em saúde.

5. DISCUSSÃO

O estado de Minas Gerais estabeleceu a obrigatoriedade da notificação dos Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho a partir de 2018, pela Resolução SES/MG N° 6.532 (Minas Gerais, 2018) e a Portaria GM/MS N° 5.201, de 15 de agosto de 2024 (Brasil, 2025a) incluiu os Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho como doença de notificação compulsória em todo território nacional, no entanto,

observa-se que durante o período de 2019 a 2025, apenas 2,8% dos municípios de Minas Gerais registraram casos. Quanto aos dados investigados, é preciso ressaltar o cenário geral e crônico de subnotificação e/ ou sub registro das doenças e agravos relacionados ao trabalho no Brasil (Galdino *et.al.*, 2020) e em particular dos DVRT, considerando-se o quão recente foi incorporação no rol de doenças de notificação compulsória no país. Em particular, é necessário analisar a situação de Minas Gerais, que apesar da inclusão anterior, da obrigatoriedade desse registro em instrumentos de gestão da vigilância em saúde, ainda apresenta dificuldades na efetiva implementação (Minas Gerais, 2018). Entre os trabalhadores afetados pelos distúrbios de voz estão os professores (CORREA, *et.al*, 2025; Ferreira *et.al.*, 2024), que são trabalhadores com ampla distribuição nos municípios mineiros. Existem estudos também identificando maior adoecimento para trabalhadores do setor de teleatendimento (Jones *et al.*, 2002). É importante observar que queixas de problemas vocais também foram encontradas em trabalhadores que não utilizavam a voz como instrumento de trabalho. Merecem atenção ocupações com elevada exposição à fumaça, como churrasqueiros e chapeiros; produtos químicos que podem ser inalados, como trabalho em salão de beleza e atividades de limpeza/serviços gerais; sob condições extremas de temperatura, como trabalho em frigoríficos, entre outras que mantêm características laborais que podem impactar o aparelho fonador (JESUS *et.al*, 2020).

Tanto o diagnóstico quanto o manejo e a reabilitação dos Distúrbios de Voz relacionados ao trabalho devem levar em consideração aspectos diversos. A disfonia ocupacional necessita de uma abordagem multidisciplinar; em alguns países a equipe é constituída por fonoaudiólogos, terapeutas da fala, psicólogos e

fisioterapeutas/osteopatas; bem como pelos médicos especialistas como otorrinolaringologista e médico do trabalho. Os profissionais de reabilitação oral conseguem proporcionar resultados positivos (por vezes na ordem dos quase 90%) (Santos; Almeida; Chagas, 2024). Portanto, conhecer a distribuição destes profissionais nos diversos serviços de saúde e nas macrorregiões de saúde do estado é condição fundamental para planejar e executar ações mais assertivas no âmbito da vigilância em saúde do trabalhador.

Ao analisar o cenário epidemiológico e da rede de atenção vinculados a vigilância dos distúrbios de voz relacionados ao trabalho, o elemento da regionalização da saúde enquanto um princípio organizativo do SUS, desde sua concepção, é fundamental. O processo de implementação do sistema adotou a municipalização como estratégia central de descentralização. Buscando coordenar esforços entre os entes federativos para aproximar a gestão dos serviços das populações locais, considerando suas especificidades e promovendo respostas mais efetivas às suas necessidades. Consequentemente atuando na ampliação do acesso da população a serviços de saúde em todos os níveis, além da otimização o uso dos recursos públicos (Shimizu, 2021). É importante ressaltar que o planejamento de ações de saúde deve levar em consideração as assimetrias de cada território: situação de saúde, indicadores, recursos disponíveis (Santana; Arce, 2024). Porém, neste estudo, ao observar os dados relacionados a oferta de atendimento na rede pública e privada, além da distribuição socioespacial dos profissionais especialistas e consequentemente evidenciar as disparidades regionais, faz-se necessário interrogar sobre os circuitos assistenciais enquanto trajetórias percorridas por usuários e as estratégias encontradas para acessarem os pontos de atenção

secundária de apoio terapêutico e diagnóstico na rede de saúde (Santos, 2018).

As desigualdades no acesso aos serviços de saúde ocasionadas pela carência e má distribuição geográfica de seus profissionais, especialmente médicos, têm sido apontadas como um problema grave, persistente ao longo do tempo e resistente às mais variadas estratégias adotadas para seu enfrentamento na maioria dos países (Nogueira *et.al.*,2016). Quanto à distribuição geográfica dos profissionais otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos identifica-se ampla variação entre as macrorregiões de saúde, porém com a maior parte dos especialistas concentrados na região metropolitana e grandes centros, tendência já evidenciada pela literatura (BRASIL, 2025b).

Conforme verificou-se neste estudo, a proporção de otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos que atuam em Centros de Especialidades e Policlínicas que prestam atendimento ao SUS é semelhante, quando considerados os números totais de profissionais das respectivas categorias que atuam em estabelecimentos que não atendem ao SUS. Apesar de carecer de aprofundamento e investigação das causas, a partir desse dado é possível pressupor que há de fato potencialidade para organização de rede de média complexidade para o atendimento às afecções da voz no SUS, no estado de Minas Gérias, mas os trabalhadores podem encontrar gargalos distintos que dificultam o atendimento adequado e oportuno (Santos, 2018).

A vasta superioridade numérica de fonoaudiólogos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) reforça o papel primordial destes profissionais e implica em compreender as características desse

nível de atenção e as atribuições esperadas dos profissionais que ali atuam (Cagnoni; Jorge, 2023). Especialmente no acolhimento e reconhecimento dos trabalhadores acometidos pelos Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho, que podem ter no SUS e, mais especificamente, na atenção primária, a principal porta de acesso aos atendimentos de saúde necessários.

Conforme discute Ribeiro *et.al.* (2025), no campo de atuação da fonoaudiologia, quanto a atenção e vigilância das doenças e agravos relacionados ao trabalho, estudos mostram que o número de casos notificados é inferior ao esperado. Isso ocorre por diversos aspectos, como: gestão local, falta de capacitação, dificuldade no diagnóstico das doenças relacionadas ao trabalho, alta rotatividade dos profissionais nos Cerest e a falta de conhecimento dos profissionais da Rede de Atenção à Saúde sobre: 1) a ficha de notificação, 2) a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT) e 3) a necessidade de notificar.

Quanto a ação de registrar a ocorrência dos DVRT apesar de obrigatória, conforme discute Assunção (2022), existem circunstâncias que explicam, em parte, a discrepância entre as estimativas dos efeitos da exposição aos riscos ocupacionais sobre a saúde e as estatísticas oficiais de doenças relacionadas ao trabalho no Brasil. São apontadas lógicas institucionais e administrativas na definição de tempos, espaços e funções específicas que compõem o sistema de reconhecimento destas doenças. Além do controle e regulação da força de trabalho enquanto fator influenciador no processo de declaração, notificação e registro. Apesar dos recentes avanços nos dispositivos legais e institucionais, ainda não se configurou um cenário de reorganização das práticas de saúde que

altere a invisibilidade social, em particular dos distúrbios de voz relacionados ao trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, considerando a transversalidade das ações de saúde do trabalhador, observa-se que a estruturação da atenção integral a saúde dos trabalhadores com exposição de risco para desenvolvimento dos distúrbios de voz relacionados ao trabalho está em processo de construção no estado de Minas Gerais. Processo este que enfrenta desafios compartilhados com toda a rede de atenção à saúde, em especial no fortalecimento da atenção primária como ordenadora do cuidado e na garantia de acesso a avaliação e atendimento especializado regionalizado, quando indicado.

Apesar dos evidentes avanços, o número de notificações dos Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho permanece aquém do esperado. O aumento das notificações é crucial para que se conheça a real extensão dos Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho na população, norteador da criação de políticas públicas destinadas à prevenção de novos casos e reabilitação daqueles já acometidos. Por esta razão, torna-se fundamental traçar estratégias de organização da rede de saúde para ampliar a captação dos casos e promover a sensibilização e práticas de educação permanente direcionadas aos profissionais de saúde que prestam atendimento aos profissionais acometidos, além das referências técnicas de Vigilância em Saúde do Trabalhador, que têm a atribuição de acompanhar e fomentar a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) no seu âmbito de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, A. Á.. Invisibilidade social das doenças profissionais no Brasil (1919-2019). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 4, p. 1423–1433, abr. 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.03632021>

BRASIL, Ministério da Saúde. *Demografia Médica no Brasil 2025* / Mário Scheffer (coordenador) – Brasília: Ministério da Saúde. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Associação Médica Brasileira, 2025. 446 p. : il. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/demografia_medica_brasil_2025.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. *Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho (DVRT)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. (Saúde do Trabalhador; 11. Protocolos de Complexidade Diferenciada). Disponível em: <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/protocolo-disturbio-voz-relacionado-trabalho-dvrt>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.999, de 27 de novembro de 2023. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 para atualizar a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 29 nov. 2023. Disponível em: https://bvs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1999_29_11_2023.html. Acesso em: 26 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 5.201, de 15 de agosto de 2024. Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas doenças na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças,

agravos e eventos de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, e modifica o Anexo XLIII à Portaria de Consolidação MS nº 5, de 28 de setembro de 2017. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ed. 159, p. 127, 19 ago. 2024. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5201_19_08_2024.html. Acesso em: 26 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador. Nota Técnica nº 21/2025-CGSAT/DVSAT/SVSA/MS: orienta a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renastt) sobre a vigilância do Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho (DVRT). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2025/nota-tecnica-no-21-2025-cgsat-dvsat-svsa-ms.pdf/view>. Acesso em: 26 maio 2026.

CAGNONI, Nathália de Almeida; JORGE, Tatiane Martins. Construction and validation of an informative handbook on speech-language-hearing therapy in primary health care. *Revista CEFAC*, v. 25, n. 3, p. e2422, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0216/20232532422>

CORRÊA, Camila de Castro; SILVA, Bruna de Oliveira; DIAS, Quêzia Teixeira; REIS, Giovanna de Sabóia Bastos; SIQUEIRA, Larissa Thaís Donalsonso. Distúrbio de voz relacionado ao trabalho em professores da educação básica: revisão de escopo. *Distúrbios da Comunicação*, [S. l.], v. 37, n. 1, p. e68494, 2025. DOI: 10.23925/2176-2724.2025v37i1e68494. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/68494>. Acesso em: 26 maio. 2026

FERREIRA, L. P., Mello, M. C. M. B. de, Souza, F. N. e F. de, Cantor-Cutiva, L. C., Cavalcanti, M. de F. P. D., Dalmasso, M. del C., Andrada e Silva, M. A. de. (2024). Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho: conquistas e desafios na América Latina. *Distúrbios Da Comunicação*, 36(2), e66238. <https://doi.org/10.23925/2176-2724.2024v36i2e66238>

GALDINO, A. *et al.* Fatores associados à qualidade de registros de acidentes de trabalho no Sistema de Informações sobre Mortalidade no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. e00218318, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00218318>

GIANNINI, S. P. P.; LATORRE, M. DO R. D. DE O.; FERREIRA, L. P.. Distúrbio de voz e estresse no trabalho docente: um estudo caso-controle. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 11, p. 2115–2124, nov. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012001100011>

JESUS, Mayne Thaiane Azevedo de, FERRITE, Silvia ; ARAÚJO, Tânia Maria de. Distúrbio de voz relacionado ao trabalho: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, p. e26, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000040218>

JONES, Katherine; SIGMON, Jason; HOCK, Lynnete; NELSON, Eric; SULLIVAN, Marsha; OGREN, Frederic. Prevalence and risk factors for voice problems among telemarketers. **Archives of Otolaryngology–Head & Neck Surgery**, Chicago, v. 128, n. 5, p. 571–577, 2002.

MARTINS, L. K. G. et al.. Distúrbio de voz e fatores de risco em profissionais da voz falada: uma revisão integrativa. **Audiology -**

Communication Research, v. 29, p. e2809, 2024. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/2317-6431-2023-2809pt>

MASSON, Maria Lúcia Vaz, FERREIRA, Léslie Piccolotto ; MAENO, Maria. Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho: um olhar sobre o passado, o presente e o futuro. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 49, p. edcinq9, 2024. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/2317-6369/39622pt2024v49edcinq9>

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Resolução SES/MG nº 6.532, de 05 de dezembro de 2018. Acrescenta doenças, agravos e eventos de saúde pública de interesse estadual à lista nacional de doenças de notificação compulsória e dá outras providências. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde, 2018. Disponível em:
https://www.saude.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/RESOLUCAO_6532-SES-MG-d8c.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

NOGUEIRA, P. T. A. et al.. Características da distribuição de profissionais do Programa Mais Médicos nos estados do Nordeste, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 9, p. 2889–2898, set. 2016.
<https://doi.org/10.1590/1413-81232015219.17022016>

RIBEIRO, Ariane Aparecida Teixeira; BARBOSA, Thais Andreza Oliveira; ROCHA, Jonathan Gonçalves; HECKERT, Cleber Augusto Lapadula; MEDEIROS, Adriane Mesquita de. Distúrbio da Voz Relacionado ao Trabalho em Minas Gerais: em busca do fortalecimento das notificações. *Distúrbios da Comunicação*, [S. l.], v. 38, n. 1, p. e73954, 2026. DOI: 10.23925/2176-2724.2026v38i1e73954. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/73954>. Acesso em: 26 maio. 2026.

SANTANA, F. V. N.; ARCE, V. A. R.. Enfrentamento da subnotificação da perda auditiva induzida por ruído relacionada ao trabalho: a experiência de uma oficina educativa em planejamento e programação local em saúde do trabalhador . **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 49, p. e5, 2024. <https://doi.org/10.1590/2317-6369/10222pt2024v49e5>

SANTOS, A.M. Redes regionalizadas de atenção à saúde: desafios à integração assistencial e à coordenação do cuidado [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, 311 p. ISBN 978-85-232-2026-6. <https://doi.org/10.7476/9788523220266>

SANTOS, CT DOS. et al.. Relação entre as condições de trabalho e de voz autorreferidas por teleoperadores de uma central de emergência. **CoDAS**, v. 5, pág. 583–594, conjunto. 2016. <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20162015125>

SANTOS, Mônica; ALMEIDA Armando; CHAGAS, Dina. Distúrbios Vocais em contexto de Saúde Ocupacional. Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional online. 2024, 18, esub0461. DOI: 10.31252/RPSO.17.08.2024

SHIMIZU, H. E. et al.. Regionalização da saúde no Brasil na perspectiva dos gestores municipais: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 3385–3396, 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.23982019>

¹ Especialista em Medicina do Trabalho pelo programa do Hospital das Clínicas da UFMG. Graduada em Medicina (UFMG) - Médica do Trabalho do Cerest Estadual de Minas Geras. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestre em Gestão de Serviços de Saúde - Escola de Enfermagem da UFMG. Especialista em Enfermagem do Trabalho –Una Belo Horizonte, Graduação em Enfermagem (UFVJM). Referência Técnica da Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador da SES-MG. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Especialista em Data Science e Analytics pela Universidade de São Paulo, Graduação em Farmácia UFMG. Referência Técnica da Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador da SES-MG. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Graduado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (FJP). Diretor de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador – SES-MG. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)